IPRI

INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

WORKING PAPER

As Bases Sociais dos Partidos Portugueses[1]

Nº 60/2020

https://doi.org/10.23906/wp60/2020

JOÃO CANCELA | NOVA FCSH & IPRI-NOVA
PEDRO C. MAGALHÃES | ICS-ULisboa

RESUMO

Este estudo examina os inquéritos pós-eleitorais de 2002 a 2019 para determinar as principais características sociais dos eleitorados dos principais partidos portugueses e analisar em que medida ocorreram transformações relevantes do longo deste período. Existem traços importantes de continuidade desde 2002 até hoje: a ausência de uma relação entre o sexo dos inquiridos e as suas opções de voto; uma relação forte entre a intensidade da religiosidade e da prática religiosa e as opções pelo voto à direita do espectro partidário; e a inexistência de uma clivagem esquerda-direita do ponto de vista da instrução. Por outro lado, existem também sinais de mudança. Há uma relação cada vez mais forte entre quer o sexo dos inquiridos quer o seu rendimento e a participação eleitoral, com os homens e aqueles com rendimentos mais elevados a absterem-se menos. Além disso, a partir de 2015, o centro-direita (PSD+CDS) começa a mostrar dificuldades em atrair o voto dos mais velhos. Por fim, se até 2009 ter rendimentos mais elevados não aumentava significativamente a propensão para votar nos partidos de centro-direita, essa relação intensifica-se a partir das eleições de 2011.

Palavras-Chave: participação eleitoral; comportamento eleitoral; eleições

1. Introdução

Qual é o perfil sociodemográfico do eleitorado dos principais partidos portugueses? Múltiplos trabalhos, tanto situados na tradição da geografia e dos estudos ecológicos eleitorais (Freire, 2001; Gaspar & Vitorino, 1976) como analisando dados provenientes de inquéritos a amostras representativas da população (Bacalhau, 1994; Freire, Costa Lobo, & Magalhães, 2004), procuraram dar resposta a esta pergunta. Contudo, seja por razões ligadas a transformações gerais observadas na generalidade dos sistemas democráticos, seja por razões específicas ao caso português, a questão não tem sido objecto de atenção sistemática nos últimos anos.

Por um lado, parece observar-se em boa parte das democracias ocidentais um declínio na capacidade dos principais marcadores de pertença social — tais como a ocupação e classe social, religião ou religiosidade, ou sexo — para preverem o voto (Franklin, Mackie, & Valen, 1992; Knutsen, 2004; van der Brug, 2010). Ou seja, é patente uma erosão, ou um descongelamento, das clivagens e dos alinhamentos sociais entre eleitores e partidos. Por outro lado, essas clivagens nunca tinham sido particularmente fortes em Portugal, por razões ligadas quer ao momento histórico — tardio — da fundação da democracia (Gunther, 2004) quer à natureza do principal conflito político no processo de democratização, em torno da própria natureza do regime, que colocou do mesmo lado partidos de esquerda e de direita (PS, PSD e CDS), esbatendo, por exemplo, clivagens de classe e religiosas (Jalali, 2004).

Contudo, há pelo menos duas razões para revisitar o tema das bases sociais dos partidos portugueses. A primeira é que o tema recuperou importância na investigação internacional, especialmente à luz de mudanças mais recentes nos sistemas partidários ocidentais, nomeadamente o enfraquecimento dos partidos centro-esquerda e de centro-direita, à custa da emergência e fortalecimento dos partidos da direita radical e da esquerda libertária. Uma das leituras possíveis destes desenvolvimentos tem precisamente a ver com o sucesso destes novos partidos na mobilização de grupos sociais antes ancorados nos partidos tradicionais, tais como o operariado e os pequenos proprietários (no caso da extrema-direita), ou os segmentos mais instruídos e qualificados (no caso da esquerda libertária). A segunda razão, mais especificamente — apesar de não exclusivamente — portuguesa, tem a ver com as potenciais consequências da mais recente crise económica e financeira. A perda de rendimentos generalizada entre 2009 e 2014, particularmente acentuada entre os mais pobres, os desempregados e os jovens (Rodrigues, Figueiras, & Junqueira, 2016), e a profusão de medidas de austeridade dirigidas a segmentos importantes do eleitorado — funcionários públicos e reformados, por exemplo — sugerem a possibilidade de que tenham ocorrido realinhamentos eleitorais neste período.

Do ponto de vista empírico, o propósito deste capítulo é, assim, responder sistematicamente à seguinte pergunta: como se relacionam as principais variáveis sociodemográficas que caracterizam os eleitores com as suas opções de voto, e como tem essa relação evoluído desde 2002? A próxima secção apresenta os principais marcos da literatura sobre as bases sociais do voto ao nível comparado e revê as conclusões mais salientes da investigação conduzida sobre o caso português. A terceira secção descreve as fontes e as metodologias empregues na sua análise neste capítulo. Os resultados são reportados na quarta secção, e na conclusão discutem-se as principais implicações que estes acarretam para a caracterização do comportamento político dos portugueses e das bases sociais dos partidos.

2. A Literatura sobre as Bases Sociais do Voto

O estudo das determinantes do comportamento eleitoral em regimes democráticos tem sido das áreas mais exploradas pela ciência política. Se entre o final do século XIX e o início do século XX autores como Hansen, Siegfried e Tingsten (Caramani, 2004, p. 4) foram precursores na tentativa de estabelecer relações entre as características agregadas da população residente num determinado território e o seu sentido de voto, um vasto número de investigadores viria depois a conduzir análises de dados individuais, procurando assim estabelecer inferências sobre as determinantes do voto ao nível micro.

Uma das tipologias mais frequentes para classificar os estudos que compõem este vasto corpo de investigação distingue entre as abordagens sociológica, psicossocial e da escolha racional (Arzheimer & Falter, 2008). No seu sentido mais elementar, a abordagem sociológica ao comportamento eleitoral foi sintetizada no enunciado de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet segundo o qual "as características sociais determinam as preferências políticas" (1948, citado em Schoultz, 2017, p. 30). Esta ideia era também partilhada por autores de pendor marxista como Anderson e Davidson (1943), que encaravam o voto como uma forma de expressão democrática da luta de classes, e por Seymour Martin Lipset, que com o seu *Political Man: The Social Bases of Politics* (1960/1969) estabeleceu pontes entre os avanços teóricos e a investigação produzidos na Europa e nos Estados Unidos da América.

Um marco fundamental no modelo sociológico do comportamento eleitoral foi, de resto, a publicação por Lipset e Stein Rokkan, em, 1967, do texto "estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores". Explorando detalhadamente as trajectórias históricas de diferentes regimes democráticos da Europa Ocidental, estes autores sustentam que os sistemas partidários destes países se encontravam à época fundamentalmente cristalizados, sendo o produto de sucessivas clivagens de conflito, como a geografia, a religiosidade e a classe social. A ocupação de espaços associados a cada uma dessas clivagens por diferentes partidos políticos levou à estruturação da competição política em sistemas de competição relativamente estáveis. Como assinalam os autores, "para muitos cidadãos do Ocidente, os partidos actualmente activos fazem parte da paisagem política desde a sua infância ou, pelo menos, desde que foram confrontados pela primeira vez com a escolha entre pacotes alternativos no dia das eleições" (1967/1992, p. 238).

A abordagem sociológica foi dominante no estudo do comportamento eleitoral até à emergência de dois paradigmas concorrentes: os modelos psicossocial e da escolha racional. Se este último tende a dar corpo a um individualismo metodológico que relega para segundo plano os grupos de pertença e referência dos eleitores, o mesmo não se pode dizer do modelo psicossocial. De facto, esta abordagem não descarta, de todo, a importância dos atributos sociais, que ocupam uma posição importante no chamado "funil de causalidade" do qual emanam as decisões sobre o voto. Para usar os termos deste quadro teórico, estas características são fundamentalmente adquiridas através de um processo de socialização política que ocorre desde a infância e em que, em função da pertença a diferentes grupos de referência, se inculca uma maior predisposição à identificação e ao voto em determinado partido.

Independentemente dos referenciais teóricos empregues, uma análise da literatura sobre o voto publicada em décadas mais recentes mostra de forma bastante clara uma diminuição do recurso aos atributos sociais enquanto factores explicativos ou, pelo menos, a sua secundarização face a variáveis de natureza atitudinal. Como assinala von Schoultz (Schoultz, 2017, p. 36), o "principal factor para a diminuição do interesse nas determinantes sociológicas" foi a "observação de mudanças no comportamento eleitoral que iam em sentido contrário à intuição da tese da cristalização". De facto, a afirmação de Lazarsfeld e dos seus co-autores segundo a qual as preferências políticas variavam essencialmente em função dos atributos soci-

ais tornou-se cada vez mais problemática e o aumento da volatilidade eleitoral e da instabilidade dos sistemas partidários desafiaram os postulados de Lipset e Rokkan (Dalton, 1996, p. 338).

Este processo de evolução não foi, contudo, unívoco nem linear, persistindo hoje um debate sobre a importância que as bases sociais têm na definição do voto nas democracias contemporâneas. Vários autores têm reclamado que os atributos de natureza social desempenham ainda hoje um papel relevante na definição do voto. O peso da classe social, em particular, tem sido alvo de um debate aceso: se para alguns autores este é um factor hoje dotado de fraca capacidade explicativa (Best, 2011), outros sustentam que o seu peso é ainda considerável (Evans, 2000; Oesch, 2008). Além disso, também nos Estados Unidos da América o papel conferido aos atributos sociais, em sentido mais amplo, tem vindo a ganhar novo fôlego. Num livro recente, Achen e Bartels (2016, p. 264) analisam uma sucessão de conflitos eleitorais na história política norte-americana – incluindo alguns relativamente recentes – argumentando que em todas estas instâncias "as preferências partidárias e os padrões de voto foram profundamente moldados por lealdades de grupo e identidades sociais". No contexto do debate sobre as clivagens sociais, a recente crise económica e financeira global constitui uma conjuntura crítica que pode ter afectado de forma substantiva a relação entre classes e sectores profissionais e o voto em determinados partidos (Helgason, 2018; Hutter & Kriesi, 2019, Capítulo 1).

No que toca ao caso português, a questão das bases sociais do voto tem sido abordada de duas formas principais nos estudos. Nalguns deles, nomeadamente desde o trabalho sobre as primeiras eleições democráticas de Gaspar e Vitorino (1976), correlacionando a percentagem de votos em cada partido em diferentes unidades espaciais com dados agregados sobre as características sociais e económicas dessas mesmas unidades. Calculam-se, assim, sucessivos coeficientes de regressão linear simples que explicitam relações como a existente entre o voto no PCP e o número de aparelhos de rádio por distritos (Gaspar & Vitorino, 1976, p. 100, Figura 59), ou a associação positiva entre o voto no CDS e o número de profissionais liberais residentes nos centros urbanos (Gaspar & Vitorino, 1976, p. 133). Alternando entre diferentes níveis de agregação, e fazendo uso de uma panóplia de dados, os autores cartografam o extenso e complexo mapa da correlação de forças de cada um dos partidos e coligações concorrentes à eleição e as características do território e da população. Trabalhos posteriores de André Freire (2001) aprofundaram esta linha de pesquisa, mas sempre recorrendo a dados agregados que, naturalmente, impedem o estabelecimento de inferências ao nível individual.

A outra linha de estudos remonta aos trabalhos de Mário Bacalhau (1994), e recorre a dados a nível individual recolhidos através de inquéritos a amostras representativas da população. Em comparação com outras democracias europeias, esta abordagem padece em Portugal de uma ausência de dados disponíveis para as primeiras eleições do regime democrático. Ainda assim, com a institucionalização dos estudos pós-eleitorais realizados desde 2002, acumularam-se vários trabalhos que examinam esta questão, concluindo a maior parte deles que os partidos portugueses apresentam bases relativamente fracas. Carlos Jalali (2003, p. 555), por exemplo, nota que "a religião parece ser uma determinante da preferência partidária pelo menos tão importante como a classe", ainda que "tanto a posição social como as atitudes religiosas [sejam] fracos indicadores da preferência partidária". Também André Freire nota que, nas eleições legislativas de 2002, o impacto da classe social no voto foi relativamente reduzido (2004, p. 181). Num trabalho mais recente em que analisa dados de 2002 a 2015, Marco Lisi obtém alguns resultados dignos de registo. Por um lado, observa que "os eleitores do PS tendem a ser menos educados do que os eleitores do Bloco, PSD e CDS-PP", mas "mais instruídos que os do PCP" (Lisi, 2019, p. 48). Por outro, constata que "o BE parece atrair um eleitorado mais novo em relação aos socialistas, enquanto o PS tende a ter um maior apoio das mulheres em relação aos dois partidos da direita" (Lisi, 2019, p. 48). Contudo, não existe ainda um retrato de conjunto sobre a relação entre as características sociais dos eleitores e o voto neste século, e a forma como terá evoluído. É esse retrato que procuramos desenhar de seguida.

3. Fontes e Métodos

Neste capítulo recorremos a duas fontes de informação. Por um lado, a série de inquéritos pós-eleitorais conduzidos desde 2002 a amostras representativas da população eleitora (Barreto et al., 2002; Lobo, 2020; Lobo et al., 2019; Lobo, Magalhães, & Barreto, 2019; Lobo & Magalhães, 2019; Lobo, Magalhães, & Gaspar, 2019), cobrindo todas as eleições legislativas entre 2002 e 2019. Por outro lado, ao Inquérito Social Europeu, nomeadamente os estudos conduzidos entre 2002 e 2016, rondas 1 a 8 (European Social Survey, 2018), que, apesar de não serem inquéritos pós-eleitorais propriamente ditos, obtiveram junto dos inquiridos a sua recordação de voto nas eleições mais recentes, podendo assim ser usados para complementar a análise conduzida primariamente através dos inquéritos pós-eleitorais nacionais.

Os modelos foram testados usando a técnica da regressão multinomial, uma extensão do modelo típico de regressão logística (Ward & Ahlquist, 2018, p. 161). Ao passo que este último é usado quando a variável dependente se distribui entre dois valores possíveis, os modelos multinomiais são adequados quando a variável dependente pode assumir um maior número de respostas. Neste caso, os valores possíveis da variável dependente são cinco: (voto no) PS, PSD/CDS (agregado para permitir comparabilidade entre eleições em que concorreram em listas conjuntas), CDU, BE e Abstenção. Atendendo à natureza exploratória deste trabalho, os modelos testados têm uma natureza bivariada, isto é, apenas se testa uma variável independente em cada um dos modelos.

4. Resultados

4.1. Sexo

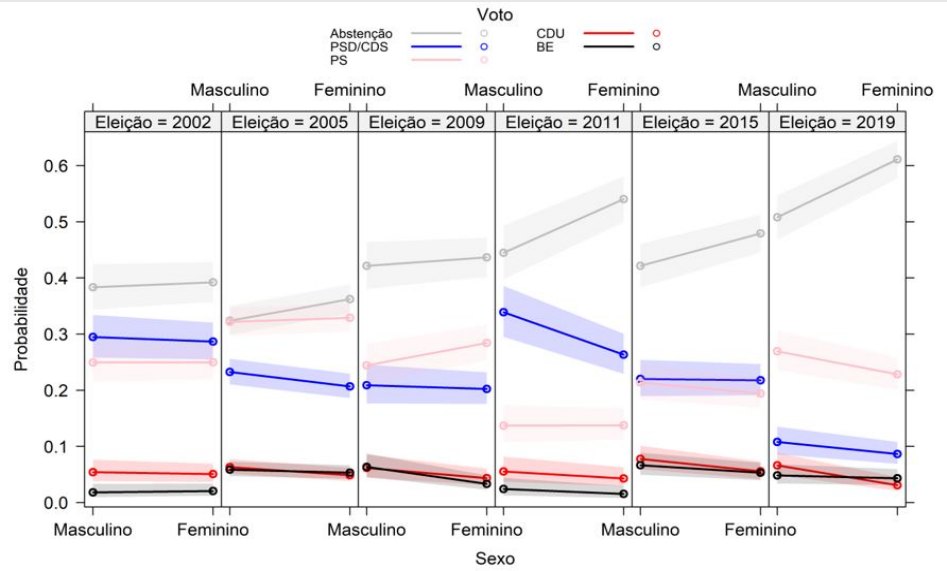
A igualdade formal entre homens e mulheres, consagrada na maior parte dos enquadramentos jurídicos dos regimes democráticos, contrasta com a existência de desigualdades de género em diferentes esferas da vida em sociedade, como o mercado de trabalho ou a ocupação de cargos de tomada de decisão. A investigação comparada tem vindo a demonstrar a persistência de assimetrias desta índole também no exercício da participação política (Córdova & Rangel, 2017). Por outro lado, estudos conduzidos em diferentes contextos têm revelado a existência de padrões diferenciados de escolha eleitoral entre homens e mulheres. Se num primeiro momento as mulheres eram vistas como mais propensas a votar em partidos conservadores, em décadas mais recentes esta relação parece ter-se invertido em várias democracias, nomeadamente nos Estados Unidos da América (Campbell, 2017).

Também em Portugal as hipóteses relacionadas com o sexo ou o género dos eleitores têm vindo a ser incorporadas na análise do comportamento político ao longo das últimas décadas. A partir de inquéritos aplicados em, 1994 e, 1997, Manuel Villaverde Cabral (2000) mostrou que a intensidade da participação política das mulheres em Portugal era, à época, mais baixa que a dos homens – que, ainda assim, não registava níveis particularmente elevados. Este diagnóstico foi parcialmente confirmado pela análise de Michael Baum e Ana Espírito-Santo (2004) com base em dados do estudo pós-eleitoral de 2002. Os autores introduzem, no entanto, um matiz importante: os homens são particularmente mais propensos a participar de forma não convencional (manifestando-se ou colando cartazes, por exemplo), ao passo que as diferenças nos níveis de participação convencional (incluindo o acto de votar) são residuais e não significativas. Investigações mais recentes ao nível comparado sugerem também que em Portugal a desigualdade no exercício do voto entre homens e mulheres não é estatisticamente significativa, ao contrário do que acontece em vários outros países (Córdova & Rangel, 2017).

A análise combinada dos inquéritos aplicados entre 2002 e 2019, apresentada na Figura 1, que ilustra as probabilidades estimadas para cada um dos valores possíveis da variável dependente — voto no PS, no PSD/CDS, na CDU, no BE ou Abstenção — face a diferentes valores da variável independente (sexo) —corrobora a inexistência de uma relação forte entre o sexo dos inquiridos e a participação eleitoral. As excepções parciais foram as eleições de 2011 e 2019, na qual as mulheres apresentaram uma maior probabilidade de se absterem, sendo a diferença face aos inquiridos do sexo masculino estatisticamente significativa. Nos restantes quatro casos as diferenças entre as probabilidades dos inquiridos dos dois sexos se absterem foram sempre baixas e nunca se aproximam do limiar de significância estatística.

A investigação já publicada sobre a eventual a influência do sexo na escolha partidária no caso português tem revelado, sobretudo, a ausência de poder explicativo desta variável independente. Com base nos dados de 1999 e 2002, o estudo de Michael Baum e Ana Espírito-Santo não encontra diferenças significativas na distribuição das opções de voto por sexo. Investigações posteriores sobre o comportamento eleitoral nas legislativas de 2005 apontam no mesmo sentido: análises do comportamento eleitoral conduzidas de

Figura 1. A relação entre o género e a probabilidade de optar por PS, PSD/CDS, CDU, BE ou abstenção nas eleições legislativas de 2002 a 2019.



Fonte: Estudo Eleitoral Português

forma independente por Carlos Jalali (2009) e Marina Costa Lobo (2009) apontam também para a irrelevância do género enquanto factor explicativo do voto.

A análise da série completa dos estudos eleitorais, de 2002 a 2019 (Figura 1), mostra que apenas numa ocasião terá havido assimetrias de género na escolha partidária. Em, 2011 – ano em que, recorde-se, as mulheres foram ligeiramente mais propensas a abster-se – houve uma tendência maior dos homens a votar nos partidos da direita por comparação com as mulheres. A diferença de 7,5 pontos percentuais é estatisticamente significativa para um intervalo de confiança de 90%. Estes resultados, no entanto, não terão correspondido ao início de uma mudança mais estrutural da relação entre sexo e comportamento eleitoral. De facto, em, 2015 e 2019, os partidos de centro-direita não terão sido particularmente mais bem-sucedidos entre os eleitores do sexo masculino do que entre as eleitoras.

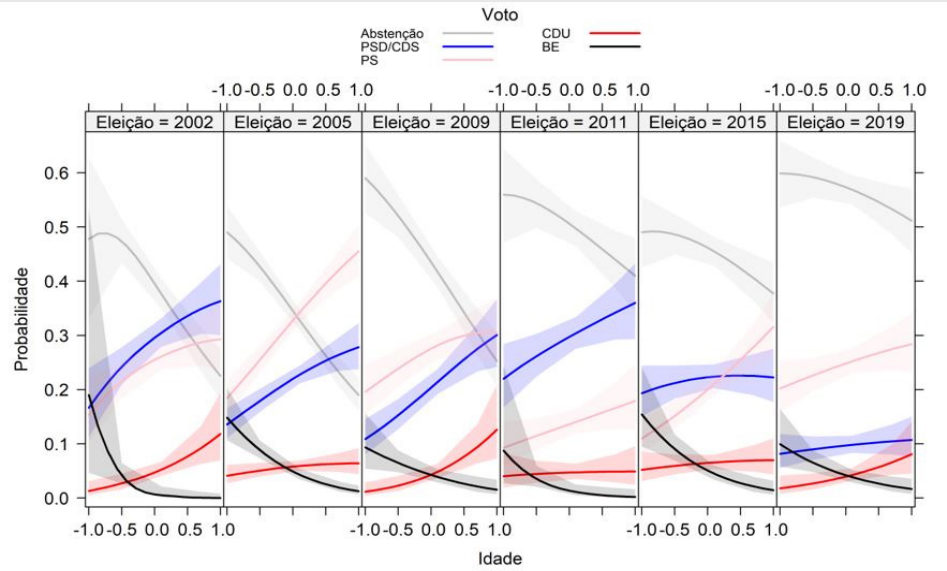
Estes resultados são especialmente interessantes na medida em que vários autores têm vindo a apontar para um realinhamento do comportamento político das mulheres ao nível agregado. Mais concretamente, Inglehart e Norris (2000) apontaram para a existência, em várias democracias, de uma deslocação da posição das mulheres enquanto eleitoras relativamente mais conservadoras para uma maior propensão a votar em partidos de esquerda. Este desenvolvimento foi particularmente tangível nos Estados Unidos da América desde a década de 1980, encontrando-se hoje sedimentado no sistema político norte-americano.[2] Esta clivagem foi replicada noutros países, sendo hoje um factor relevante a ter em conta no estudo comparado do comportamento eleitoral (Campbell, 2017). Ainda assim, a julgar pelos dados, não parece que este seja o caso em Portugal.

4.2. Idade

Um dos fenómenos mais conhecidos no que toca à relação entre a idade e o voto é que os mais jovens têm uma menor propensão para votar que os mais velhos. Aliás, na base da investigação existente, Portugal é um dos países onde o gap entre a participação eleitoral dos mais jovens e dos mais velhos é mais pronunciado (Dassonneville, 2017, p. 144). Esse fenómeno é visível na Figura 2, que ilustra as probabilidades estimadas para cada um dos valores possíveis da variável dependente face a diferentes valores da variável independente (idade). Para cada eleição, as linhas representam a probabilidade de votar em cada partido ou de abster-se à medida que aumenta a idade do respondente (no modelo, inclui-se quer a idade — em anos — que o seu valor ao quadrado, para admitir a possibilidade de efeitos curvilineares). A variável idade — tal como todas as que vamos abordar de seguida — foi estandardizada ao ser dividida por dois desvios-padrões em cada amostra.

Como se pode verificar, seja qual for a eleição, quanto maior a idade do inquirido, menor a probabilidade de se abster. O mesmo padrão, de resto, já existia nas eleições de 1976 e, 1991 (Bacalhau, 1994, p. 177), e não constitui novidade do ponto de vista nacional ou comparativo. Contudo, se os mais velhos se abstêm menos, isso não significa que a idade esteja positivamente correlacionada com todas as principais opções de voto válidas ou com a mesma intensidade. Primeiro, há um partido que, entre 2002 e 2019, teve particular sucesso entre os mais jovens, mas decrescente capacidade de atracção do eleitorado à medida que a sua idade aumenta: o Bloco de Esquerda. Segundo, sendo verdade que a relação entre a idade do eleitor e a propensão para votar CDU era particularmente

Figura 2. A relação entre a idade e a probabilidade de optar por PS, PSD/CDS, CDU, BE ou abstenção nas eleições legislativas de 2002 a 2019.



Fonte: Estudo Eleitoral Português

forte em, 2002, ela tem sido instável ao longo do tempo. Finalmente, quanto mais velhos os inquiridos, maior a propensão para repartirem o seu voto entre o PS e os partidos de centro-direita. Note-se, contudo, que, 2015 e 2019 se distinguem das eleições anteriores deste ponto de vista, com a coligação Portugal à Frente a ter maiores dificuldades em atrair o voto do eleitorado mais idoso do que no passado recente.

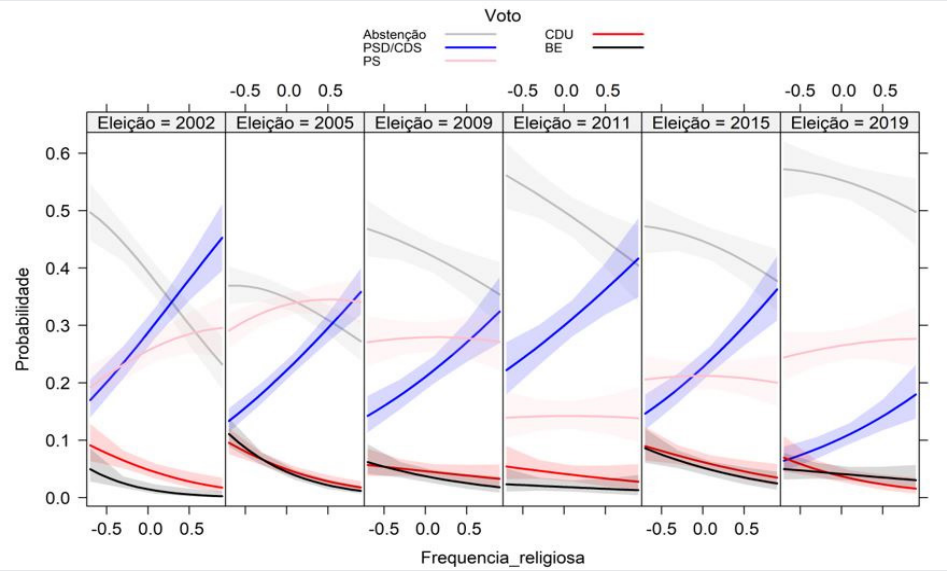
Dito isto, o retrato que emerge é de relativa estabilidade. Em quase década e meia de eleições, pouco parece ter mudado nas opções dos mais jovens. Entre eles domina a abstenção e, entre os que votam, uma disputa, por vezes bastante próxima, entre o PS, o BE e o centro-direita, da qual a CDU tende a estar arredada. À medida que a idade dos eleitores aumenta, o voto concentra-se no PS e no centro-direita, com a presença da extrema-esquerda a ser marcada apenas pela CDU.

4.3. Prática Religiosa

A existência de uma clivagem religiosa em Portugal tem sido tema de discussão desde que se começou a estudar os fenómenos eleitorais em Portugal. Gaspar, André e Honório (1984) detectavam uma clara associação positiva entre o voto no PSD e no CDS — e a capacidade de retenção desse voto — e a intensidade da prática religiosa, e, por contraponto, uma forte associação negativa entre a religiosidade e o voto no Partido Comunista (Gaspar, André, & Honório, 1984, pp. 70–73). Anos mais tarde, Bacalhau, analisando com dados a nível individual as eleições de 1976 e, 1991, detectava uma continuidade básica a este nível: uma forte relação entre prática religiosa e o voto nos partidos à direita (positiva) e à esquerda (negativa) do PS (Bacalhau, 1994, p. 178). Freire (2001), recorrendo a dados agregados, depois de identificar um factor composto por prática religiosa e residência em habitat rural, mostrava como ele se relacionava significativa e positivamente com o voto no PSD e (em menor grau) no CDS e negativamente com o voto no PCP, com o PS a desempenhar um papel "charneira (Freire, 2001, 95), com um eleitorado menos homogéneo deste (e de outros) pontos de vista. O facto de a clivagem religiosa em Portugal não ser entre partidos de "esquerda" e partidos de "direita", mas sim entre a direita do PS e a esquerda do PS, foi retomado em inúmeros estudos subsequentes (Calvo et al., 2007; Freire, 2013; Gunther, 2004; Jalali, 2004).

Os resultados na Figura 3 confirmam a perenidade desta dimensão das bases sociais dos partidos portugueses. Em primeiro lugar, a maior prática religiosa corresponde também menor abstenção, um fenómeno conhecido de uma variedade de estudos (Wilcox & Sigelman, 2001), mas que aqui pode também estar a reflectir a já mencionada correlação positiva entre idade e participação eleitoral. Segundo, o reduzido declive das linhas a rosa mostra como é limitada a relação entre prática religiosa — medida aqui como a frequência com que se vai à igreja ou outros locais de culto, estandardizada — e a propensão para votar no Partido Socialista, sugerindo a continuada coexistência de votantes neste partido muito distintos deste voto de vista. Pelo contrário, os partidos à esquerda do PS perdem votantes à medida que sua prática religiosa aumenta, e o oposto sucede com os partidos à sua direita. Em suma, os traços fundamentais do retrato delineado desde os primórdios da democracia portuguesa sobre a clivagem religiosa permanecem globalmente inalterados.

Figura 3. A relação entre a prática religiosa e a probabilidade de optar por PS, PSD/CDS, CDU, BE ou abstenção nas eleições legislativas de 2002 a 2019.



Fonte: Estudo Eleitoral Português

4.4. Classe Social

Alguns eleitores detêm ou controlam quantidades relevantes de capital físico, financeiro ou humano: proprietários, gestores, ou indivíduos com altos níveis de competências educacionais. Outros estão na situação oposta, carecendo, em termos absolutos ou relativos, de recursos físicos, financeiros, organizacionais ou educacionais. É por isso previsível que os segundos apoiem partidos que defendam a intervenção do estado para a aplicação de políticas redistributivas e de protecção dos trabalhadores contra os riscos do mercado — partidos de esquerda — enquanto os primeiros apoiem partidos que defendam a retracção do intervencionismo do estado, baixos impostos e menos regulação — partidos de direita. Portugal nunca foi excepção em relação a este padrão. Por exemplo, em, 1975, Gaspar e Vitorino assinalavam como o voto no PCP aumentava com a percentagem de assalariados agrícolas em cada distrito e, nos centros urbanos, com a percentagem de operários industriais (1976, p. 132). Freire (2001, pp. 78-93), muitos anos depois, voltava a detectar a forte implantação do PCP nas áreas com maior peso dos assalariados agrícolas e de operários industriais, em quase completa simetria com o eleitorado do PSD e do CDS, positivamente correlacionado com o peso dos profissionais liberais. Já o voto do PS era o menos "explicável" pelas características sociológicas dos concelhos, enquanto partido "charneira" e mais interclassista. Contudo, com o tempo, e a sua capacidade de penetração nas áreas anteriormente dominadas pelo PCP, o seu perfil do PS foi-se tornando mais marcado, crescendo a sua implantação nas zonas de operariado agrícola e industrial (Freire, 2001, p. 96). Recorrendo a dados individuais, Jalali (2004, p. 100), detectava, em, 2002, uma correlação negativa entre a classe social e o voto nos partidos de esquerda (BE, CDU e PS), ao passo que, em, 2005 ou, 2008, Freire (2013) voltava a detectar padrões semelhantes (se bem que isolando de forma mais clara o PCP como o partido das "classes baixas"). Em suma, a clivagem económica de classe nunca terá sido irrelevante em Portugal.

Figura 4. Desempenho relativo de PS e PSD/CDS dentro de cada classe social, em comparação com recordação de voto da totalidade dos inquiridos eleitores.

Fonte: Inquérito Social Europeu, rondas 1 e 8.

Contudo, esta não é a única clivagem de classe que caracteriza as sociedades contemporâneas. A transformação de sociedades industriais em pós-industriais trouxe a expansão de um conjunto de profissões no sector dos serviços, muitas vezes ligadas ao estado — professores, médicos, serviços sociais — caracterizados por um alto nível de competências educacionais, autonomia em relação a hierarquias organizacionais, uma lógica interpessoal de contacto com "clientes" social e culturalmente diversificados e uma valorização da autonomia individual e da pluralidade cultural. Isto ajudou à criação de uma nova clivagem: entre indivíduos que detêm níveis elevados de capital humano no sector dos serviços — mais propensos a apoiar partidos da esquerda libertária — e aqueles que, deixados à parte do processo de expansão dos recursos educacionais e inseridos em lógicas de trabalho rotineiro e supervisionado, desenvolveram preferências por partidos que defendam a preservação da homogeneidade cultural, da autoridade e da segurança: partidos da direita radical (Kitschelt, 1994; Kriesi, 1999; Oesch, 2008, 2012). Por outras palavras, à clivagem económica "tradicional," filha ainda da revolução industrial, ter-se-á adicionado uma clivagem cultural, filha da revolução "pós-industrial". Em vários países europeus, o espaço de competição política complexificou-se. Por um lado, os partidos da esquerda tradicional passaram a ter de lutar com partidos da esquerda libertária e da direita radical pela retenção, respectivamente, do eleitorado mais instruído em profissões socioculturais e do operariado. Por outro lado, os partidos da direita tradicional sofrem a competição da extrema-direita junto dos pequenos proprietários com baixos níveis de instrução (Oesch & Rennwald, 2018).

E em Portugal? Para analisarmos estas dinâmicas, recorremos aos dados do Inquérito Social Europeu, mais ricos deste ponto de vista que os dados dos estudos pós-eleitorais. A partir dos dados sobre a ocupação dos inquiridos e inquiridas e sobre os seus cônjuges ou parceiros, codificámo-los recorrendo ao esquema de classes sociais de Oesch (2006a, 2006b), que distingue oito grupos, ilustrados aqui com alguns exemplos de actividades profissionais.[3]

1. Grandes empresários (mais de 9 assalariados) e profissionais liberais (contabilistas, advogados);

2. Pequenos comerciantes e proprietários;

3. Gestores (públicos ou privados);

4. Técnicos e especialistas (engenheiros mecânicos, engenheiros informáticos, arquitectos);

5. Profissionais socioculturais (médicos, serviço social, professores, jornalistas);

6. Empregados de escritório (secretariado, bancários).

7. Trabalhadores dos serviços (empregados de café ou restaurante, educadores de infância, call centers, recepcionistas);

8. Operariado (carpinteiros, mecânicos, estivadores, assalariados rurais, jardineiros).

De seguida, recodificámos as respostas à pergunta sobre recordação de voto nas eleições mais recentes nas oito rondas do ESS em Portugal, entre 2002 e 2016, em cinco opções: PS, Centro-Direita (PSD+CDS), CDU, BE e Abstenção. Finalmente, depois de obtermos a distribuição da totalidade dos inquiridos com 18 ou mais anos, calculámos a diferença, em pontos percentuais, entre essa distribuição e a recordação de voto de cada uma das classes sociais. Na Figura 4, apresentamos os resultados para as recordações de voto no PS e no centro-direita. Um valor positivo significa que o resultado de um determinado partido para os inquiridos de uma determinada classe social foi superior ao obtido entre a população eleitora em geral; um valor negativo significa o oposto. Para cada classe, apresentamos também o seu peso percentual para a totalidade dos eleitores inquiridos no ESS entre as rondas 1 e 8.

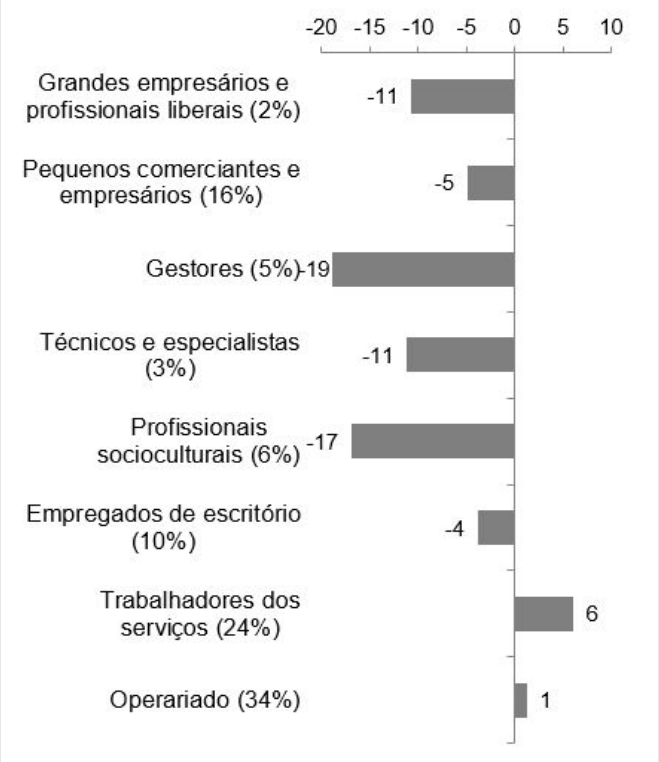
Em comparação com a totalidade dos inquiridos, os partidos de centro-direita tiveram, ao longo do período, 2002-2016, um melhor desempenho junto das classes sociais com maiores recursos económicos, organizacionais e educacionais. Isso é particularmente visível junto dos grandes proprietários e profissionais liberais, os pequenos empresários e os gestores e, em menor grau, junto de técnicos e especialistas e profissionais socioculturais. Pelo contrário, o desempenho do PSD/CDS junto dos trabalhadores dos serviços e operários — que representam mais de metade do eleitorado — esteve abaixo da média.

O desempenho do PS foi, em parte, um espelho do desempenho do centro-direita. Mas não completamente. Por um lado, o PS tem um apoio abaixo da média junto de proprietários (grandes e pequenos) e acima da média junto do operariado industrial e agrícola. Contudo, ao passo que o PS não se distingue por um desempenho acima da média junto dos trabalhadores dos serviços, aproxima-se do desempenho do centro-direita junto dos profissionais socioculturais.

Figura 5. Desempenho relativo de CDU e BE dentro de cada classe social, em comparação com recordação de voto da totalidade dos inquiridos eleitores.

Fonte: Inquérito Social Europeu, rondas 1 e 8.

Figura 6. Propensão para a abstenção dentro de cada classe social, em comparação com a abstenção da totalidade dos inquiridos eleitores.



Fonte: Inquérito Social Europeu, rondas 1 e 8.

Na Figura 5, apresentamos os resultados para a CDU e o BE. Os sinais da emergência de uma clivagem no interior da esquerda são claros, com CDU e BE a exerceram maior atracção junto de segmentos muito distintos. O BE tem um desempenho claramente acima da média junto de técnicos e especialistas e profissionais socioculturais e, pelo contrário, abaixo da média entre o operariado. Já a CDU tem uma previsível menor capacidade de atracção para os grandes e pequenos proprietários e profissionais liberais, e maior junto do operariado e — talvez menos previsivelmente — dos técnicos e especialistas.

Finalmente, diferentes classes sociais têm diferentes propensões para se absterem. A distinção básica, como mostra a figura 6, situa-se entre o operariado e (especialmente) os trabalhadores dos serviços — os segmentos mais numerosos em Portugal — por um lado, e todos os restantes, por outro.

Obviamente, a existência destes diferenciais — nalguns casos reduzidos — não implica que o eleitorado de cada partido seja homogéneo do ponto de vista da sua composição de classe. A Figura 7 muda de perspectiva, mostrando essa composição para cada opção de voto, agregando os dados das rondas 1 a 8 do ESS.

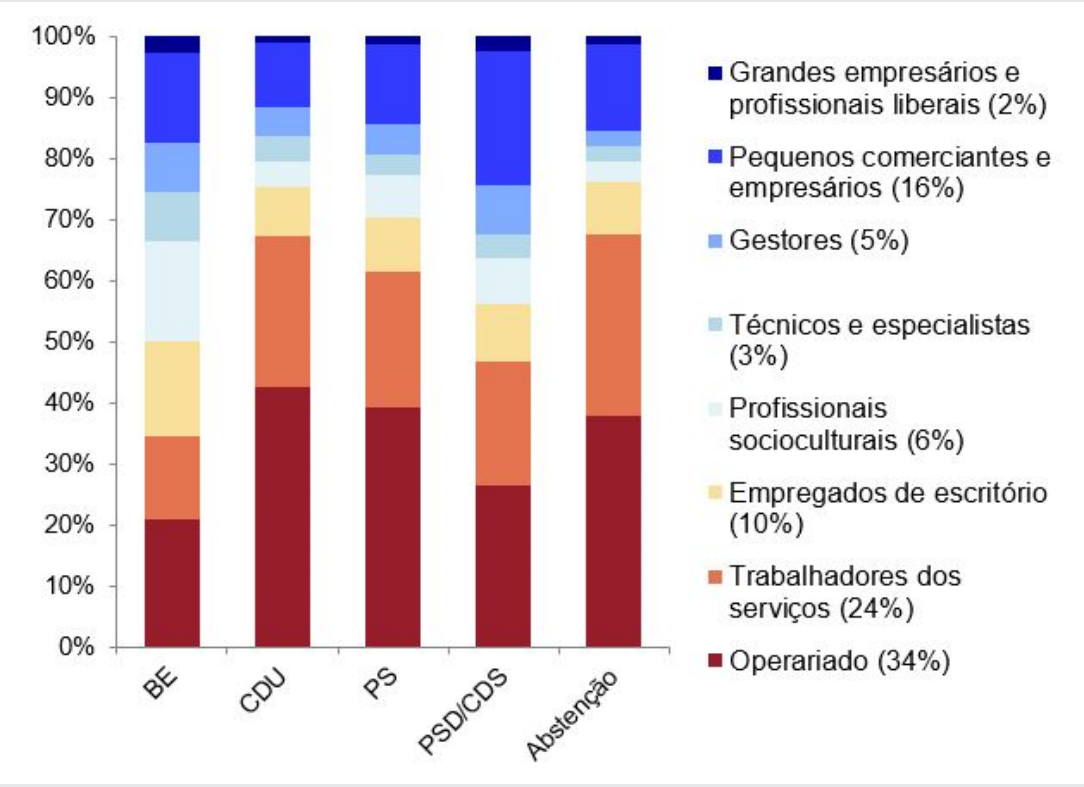
Primeiro, como já assinalavam Afonso e Bulfone (2019, p. 246) sobre os mesmos dados, todos os partidos dependem significativamente do operariado e dos trabalhadores dos serviços. Apesar de isso ser particularmente claro nos casos do PS e da CDU, quase metade do eleitorado dos partidos de direita pertence também a esses segmentos.

Segundo, é visível a importância dos pequenos comerciantes e empresários dentro do eleitorado dos partidos de centro-direita, apesar de mais uma vez, eles não estarem ausentes em nenhum dos restantes partidos. Terceiro, o eleitorado do BE distingue-se claramente do dos outros partidos de esquerda pela sua heterogeneidade, fruto da atractividade que tem tido para as classes médias assalariadas (gestores, técnicos e especialistas e profissionais socioculturais), especialmente em comparação com a CDU e até o PS. Finalmente, os membros do operariado e (especialmente) os trabalhadores dos serviços ocupam, como já se poderia depreender da Figura 6, um peso particularmente elevado entre os abstencionistas.

Parte da explicação das distinções que encontramos no interior da esquerda partidária parece passar pelo papel da educação e a sua relação com o voto. Na Figura 8, voltando desta vez a utilizar os dados dos estudos pós-eleitorais, 2002-2019, podemos ver a relação entre o grau de instrução dos inquiridos e a probabilidade de que optem por cada uma das cinco opções de voto aqui tratadas. Quando mais instruídos os eleitores, menos provável é que optem pelo PS, em todas as eleições sob análise. A mesma relação passou, com o tempo, de positiva a negativa ou nula no caso da CDU. Já no que toca ao BE e para os partidos de centro-direita, essa relação foi sempre positiva. Por outras palavras, a um maior nível de instrução corresponde uma maior propensão para votar não apenas à direita mas também no BE.

Assim, o comportamento eleitoral em Portugal indicia a existência de duas clivagens de classe. A primeira, tradi-

Figura 7. Composição de classe de cada opção de voto.



Fonte: Estudo Eleitoral Português.

cional, opõe a CDU e o PS, por um lado, ao PSD e o CDS, por outro, com os primeiros a recolherem uma parcela desproporcional do voto do operariado e os segundos a fazerem o mesmo junto de grandes e pequenos proprietários e gestores. A segunda, mais recente, relaciona-se com a emergência do BE como partido capaz de captar o voto de segmentos altamente instruídos ligados a uma lógica de trabalho técnica (técnicos e especialistas) ou "interpessoal" (profissionais socioculturais).

Já uma outra face desta segunda clivagem que se manifesta em vários países europeus — a propensão de parte do operariado e dos pequenos proprietários para optarem pela direita radical e populista — não é visível em Portugal. Até, 2015, forças políticas desta natureza eram demasiado pequenas para terem suficiente expressão em inquéritos a amostras representativas da população, como aqueles em que baseiam estas análises. Contudo, há uma análise complementar que é possível fazer. Na Figura 9, mostramos o desempenho relativo das várias opções de voto junto do grupo dos pequenos comerciantes e empresários ao longo do tempo, desde as eleições de 2002 até às de 2015, sempre em comparação com as opções de voto do eleitorado em geral em cada eleição.

Verifica-se uma relativa estabilidade no comportamento deste segmento ao longo do tempo, com duas excepções. Por um lado, a maior propensão dos pequenos empresários e comerciantes para se absterem em, 2002 desaparece desde então. Por outro lado, o BE teve um bom desempenho neste segmento em, 2015. Contudo, em geral, predomina uma predisposição para votar à direita e uma menor propensão deste eleitorado para se abster.

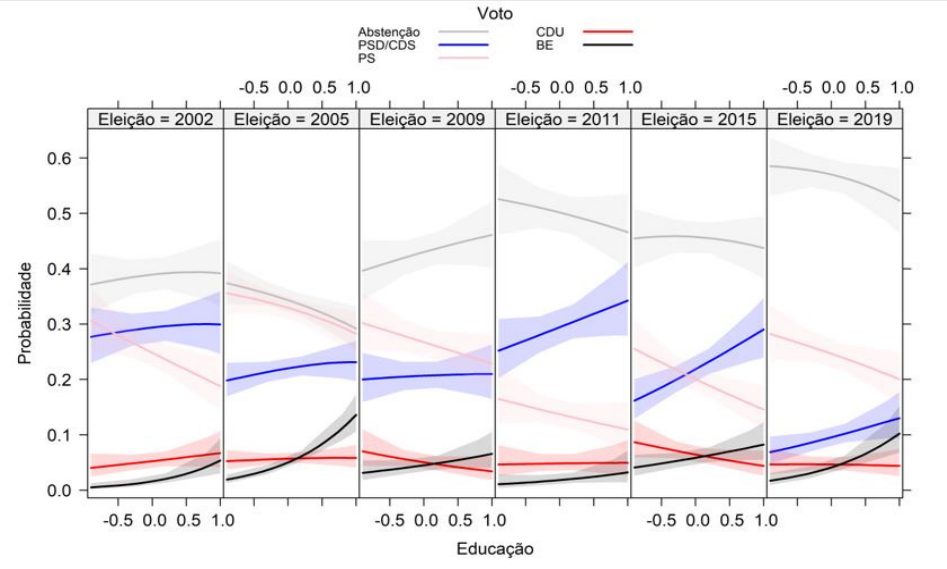
Já no que diz respeito ao operariado (Figura 10), o padrão é algo distinto. O PS parece ter diminuído em atractividade para os operários a partir de 2009, algo que não parece ser compensado por uma deslocação deste segmento para outros partidos de esquerda. Pelo contrário, entre os eleitores desta classe social, verifica-se quer uma diminuição da rejeição dos partidos de centro-direita em, 2015 quer uma crescente desmobilização ao longo de todo o período. Só o tempo e dados sobre as eleições de 2019 deste ponto de vista, ainda não disponíveis, poderão confirmar se se esta tendência terá continuidade.

4.5. Rendimento, Reformados e Sector Público

A secção anterior dá conta do modo como o comportamento político dos portugueses se estrutura no que toca à relação entre as suas ocupações profissionais e propensão para a abstenção e diferentes sentidos de voto. Esta não é, no entanto, a única forma de agrupar os indivíduos relativamente à sua posição económica e ocupacional. Nesta última etapa empírica do capítulo abordamos de que forma é que outras distinções dessa natureza têm funcionado enquanto factores explicativos do voto. Mais concretamente, analisamos a evolução do impacto no comportamento eleitoral de factores como o nível de rendimento auferido, a situação de actividade no mercado de trabalho (reformados versus trabalhadores activos) e a natureza da relação de trabalho (trabalhadores do sector público versus sector privado).

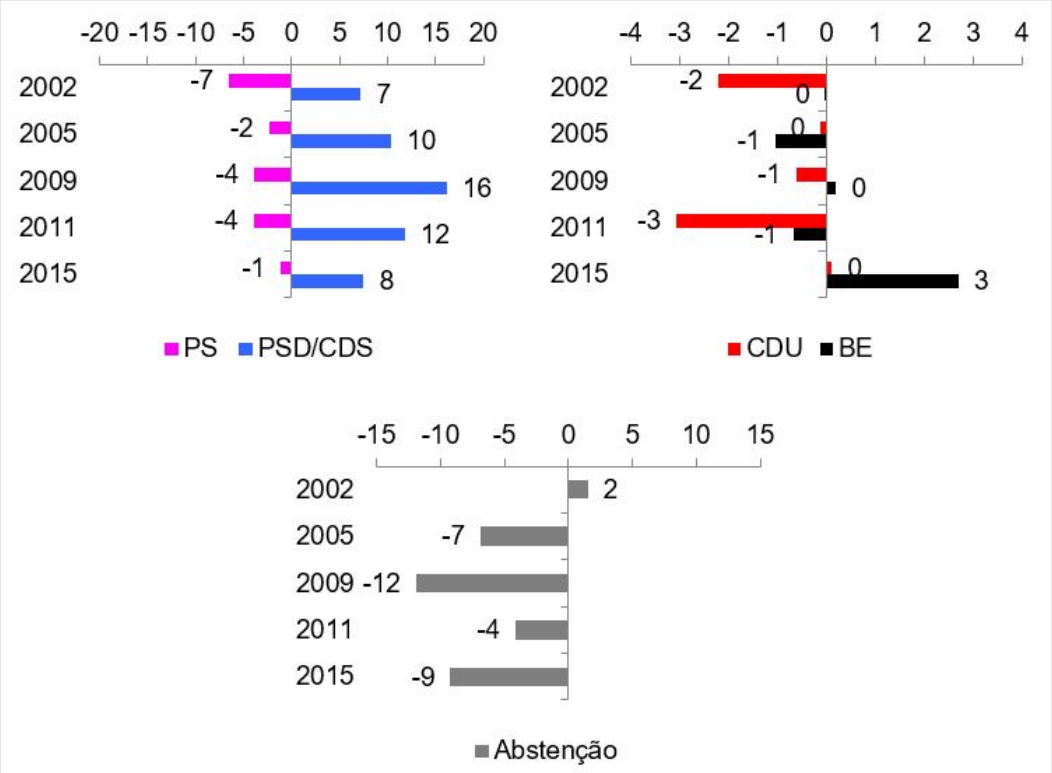
A principal justificação para complementar a análise reportada nas páginas anteriores com o estudo destas variáveis adicionais passa por testar as eventuais implicações que as respostas à crise económica e financeira possam ter tido nas escolhas eleitorais dos portugueses. Por um lado, vários estudos apontam para o facto de em Portugal, o impacto da crise e das opções políticas para lhe fazer frente terem sido assimétricos, tendo algumas camadas da população sido mais penalizadas do que outras (Perez & Matsaganis, 2018; Rodrigues, Figuei-

Figura 8. A relação entre o grau de instrução e a probabilidade de optar por PS, PSD/CDS, CDU, BE ou abstenção nas eleições legislativas de 2002 a 2019.



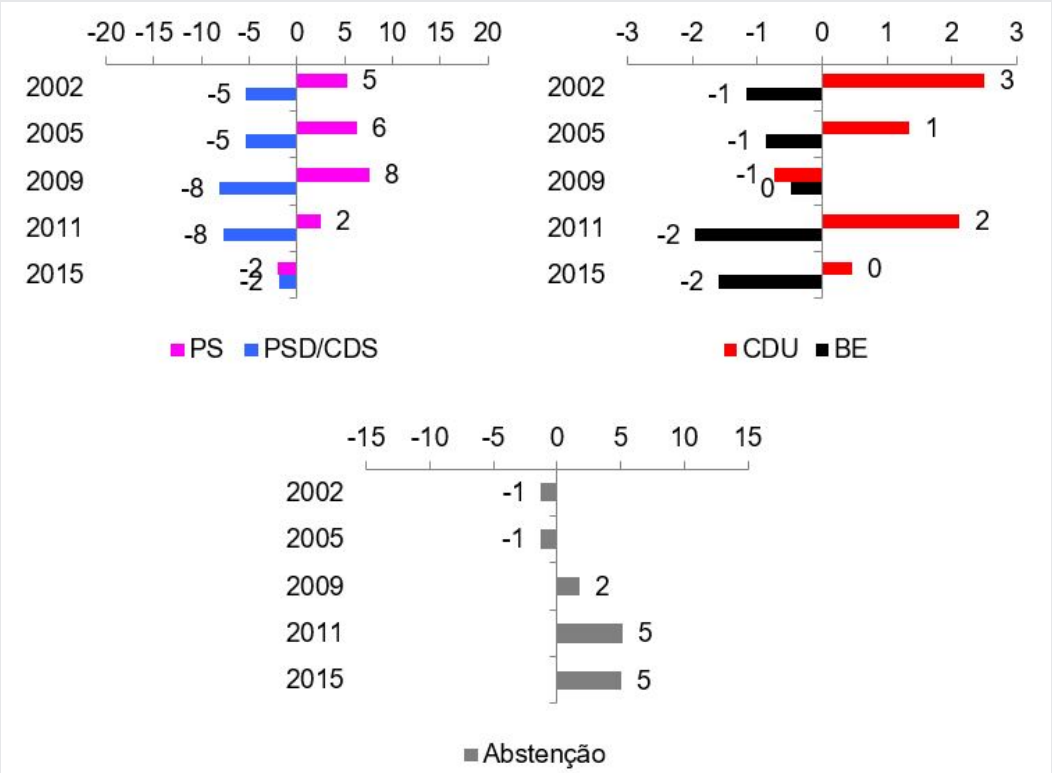
Fonte: Estudo Eleitoral Português.

Figura 9. Desempenho relativo de cada uma das opções de voto junto dos pequenos comerciantes e empresários, em comparação com o eleitorado total.



Fonte: Inquérito Social Europeu, rondas 1 a 8.

Figura 10. Desempenho relativo de cada uma das opções de voto junto do operariado, em comparação com o eleitorado total.



Fonte: Inquérito Social Europeu, rondas 1 a 8.

ras, & Junqueira, 2016). Por outro lado, a investigação comparada tem revelado que as respostas à crise geraram, muitas vezes, consequências dramáticas nas atitudes e comportamentos políticos até então relativamente estáveis (Bermeo & Bartels, 2014). Lidas no seu conjunto, estas referências sugerem que pode ter ocorrido um realinhamento no apoio de determinados segmentos da população a partidos específicos.

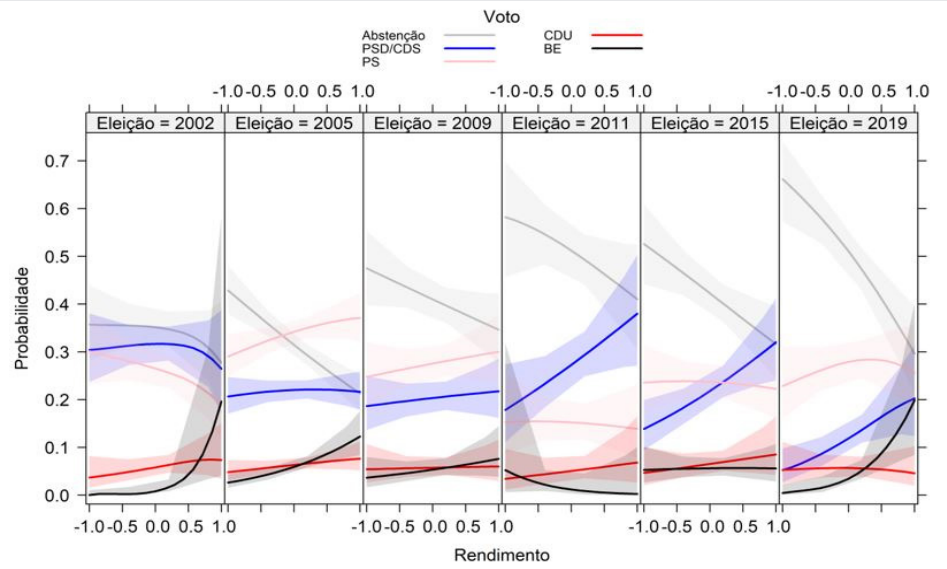
Ainda que esteja intimamente associado à classe social, o nível de rendimento apresenta algumas características específicas (Evans, 2017). Por um lado, dentro de uma mesma categoria de ocupações profissionais é possível auferir uma vasta amplitude de rendimentos. O valor concreto de rendimento poderá depender, entre outros factores, da experiência, do grau de formalidade do vínculo contratual e da especificidade da função desempenhada. As categorias "gestores" ou "profissionais liberais", por exemplo, podem agrupar situações profissionais e níveis de retribuição bastante díspares.

Diversos autores têm, portanto, utilizado o nível de rendimento como uma variável de interesse na explicação do comportamento político. De acordo com a formulação de Seymour Martin Lipset (1960/1969, p. 234), "em virtualmente todos os países economicamente desenvolvidos os grupos com baixos rendimentos votam sobretudo nos partidos de esquerda". Ao longo de décadas recentes, como vimos na introdução e na secção anterior, esta relação linear tem vindo a complicar-se. Por outro lado, e focando-nos no eventual impacto da crise enquanto conjuntura crítica capaz de alterar os padrões de comportamento político, caso haja assimetrias importantes no modo como as medidas de resposta à crise afectem determinadas parcelas da distribuição de rendimentos, é possível equacionar um conjunto de respostas diferenciadas no conjunto do eleitorado.

No que toca à influência do rendimento na determinação do voto, importa dar conta do impacto diferencial da crise consoante a situação económica. A investigação publicada mostra que, em Portugal, todos os escalões de rendimento foram atingidos pela crise (Perez & Matsaganis, 2018; Rodrigues, Figueiras, & Junqueira, 2016). No entanto, em termos proporcionais, o impacto foi mais intenso junto dos que auferiam rendimentos mais baixos e, ainda que de forma menos expressiva, naqueles que auferiam rendimentos no último decil da distribuição, ou seja, os mais elevados de todos. Por estes motivos, é possível estabelecer como hipótese de trabalho que, nas eleições de 2011 e 2015, os eleitores nas zonas da distribuição mais afectadas por quebras de rendimento decorrentes da crise económica e das medidas de austeridade adoptadas nesse período possam ter votado em menor grau nos partidos de governo, PS em, 2011 e PSD/CDS em, 2015.

Contudo, não foi isso que sucedeu. A Figura 11 apresenta as estimativas da probabilidade para diferentes valores do rendimento, com a inclusão de um factor quadrático que permite detectar eventuais relações curvilineares. Ela indica, em primeiro lugar, que entre os inquiridos que efectivamente votaram nas eleições anteriores a 2011, o nível de rendimento não terá constituído uma variável relevante para prever o sentido de voto, com excepção do voto no BE. Em, 2011 e 2015, tudo isto muda. Mas não exactamente no sentido em que se esperaria na base de um mecanismo de responsabilização dos partidos de governo pelas quebras de rendimento. É verdade que, em, 2015, a relação mais clara entre o rendimento e o voto é a que se encontra nos partidos de centro-direita que tinham conduzido a aplicação do programa acordado com a troika: quanto mais alto o seu rendimento, maior a probabilidade de votar na coligação Portugal à Frente. Contudo, em, 2011, apesar de a primeira fase de impacto

Figura 11. A relação entre o nível de rendimento e a probabilidade de optar por PS, PSD/CDS, CDU, BE ou abstenção nas eleições legislativas de 2002 a 2019.



Fonte: Estudo Eleitoral Português.

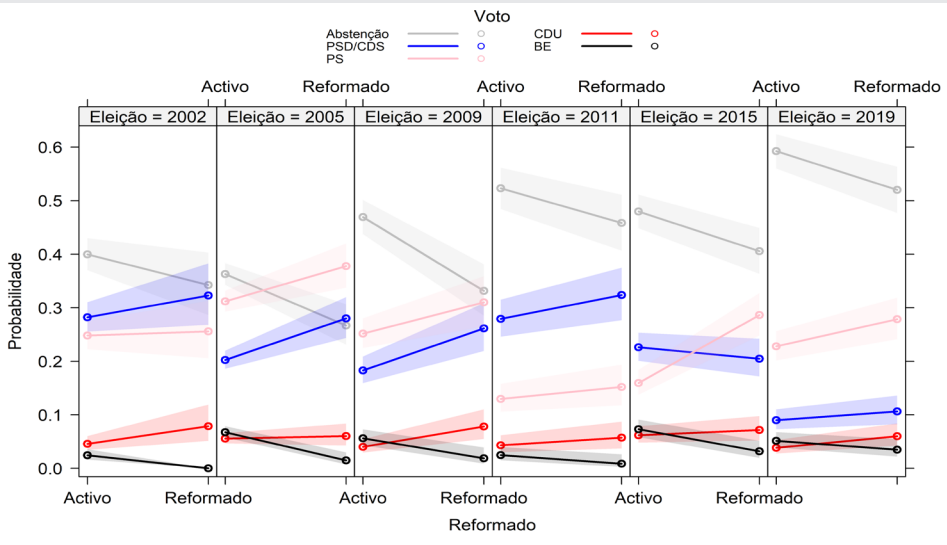
da crise económica e de aplicação de medidas de austeridade ter ocorrido sob um governo PS, não há relação entre o rendimento a probabilidade de votar no PS. De resto, o fortalecimento da relação entre o rendimento e o voto no centro-direita inicia-se logo aqui, em, 2011. Finalmente, os dados mostram que, após, 2002, se instalou uma forte relação entre o rendimento e a participação eleitoral, que se terá acentuado particularmente em, 2019.

Outro grupo que se reveste de particular interesse analítico na evolução recente do caso português é constituído por reformados e aposentados. Por um lado, a evolução demográfica portuguesa tem vindo a tornar este grupo especialmente importante no cômputo geral da população: se em, 2002 existiam em Portugal 3,4 pessoas activas por cada pensionista ou reformado, em, 2018 esse rácio tinha baixado para 2,6.[4] Por outro lado, este grupo da população, e em particular os pensionistas da Caixa Geral de Aposentações do sector público, foram alvos de medidas de austeridade no período, 2009-2014. Ainda que parte destas medidas tenha sido bloqueada pela acção do Tribunal Constitucional (Branco et al., 2019; Perez & Matsaganis, 2018), subsiste a possibilidade de as mesmas terem gerado um capital de descontentamento deste grupo face aos partidos de governo. Aqui, esperar-se-ia que a principal modificação na relação com o voto sucedesse em, 2015, e em relação aos partidos de centro-direita, dado que foi sob o governo PSD/CDS que a panóplia de medidas que atingiria potencialmente este segmento foi mais alargada (alargamento da Contribuição Extraordinária a pensões a partir dos 1,350 euros, suspensão de pagamento de 13º e 14º meses acima dos 1,100 euros e outras).

Como evoluiu então o comportamento político dos reformados entre 2002 e 2019? Com base nos resultados que se reproduzem na Figura 12, é possível afirmar que este segmento de eleitores é tendencialmente menos propenso a abster-se. De facto, com excepção das eleições de 2002, estas diferenças no nível de abstenção entre reformados e não reformados são sempre estatisticamente significativas, reflexo da conhecida relação entre a idade e participação eleitoral. Relativamente à escolha partidária, são vários os resultados dignos de nota. Tal como os coeficientes e probabilidades com base na idade deixavam antever, o BE tem tido proporções de voto consistentemente mais baixas entre os reformados, apesar de esta diferença se ter vindo a esbater. Quanto à CDU, se é verdade que os resultados apontam para uma propensão ligeiramente superior dos reformados a votar nesta coligação, importa dizer que as diferenças não são estatisticamente significativas.

As diferenças entre PS e os partidos da direita são as mais interessantes de analisar face à hipótese de que as políticas destinadas a reformados e pensionistas ao longo do período de ajustamento orçamental possam ter tido um impacto no comportamento deste segmento da população. Os resultados revelam que nas eleições celebradas de 2002 a 2011 a clivagem entre reformados e trabalhadores em idade activa não foi importante. Os coeficientes de interacção da variável "reformado" com os diferentes anos da eleição apresentam valores bastante semelhantes para os modelos que testam o voto no PS e no PSD/CDS, o que indicia a inexistência de poder explicativo deste factor. No entanto, em, 2015 a situação altera-se substancialmente: nessa eleição, ao passo que coligação PaF é a força política mais bem-sucedida junto da população activa, o PS conquista uma maior probabilidade de voto junto dos eleitores reformados e aposentados. Dito de outra forma, a vitória eleitoral dos partidos de centro-direita em, 2015 teria sido mais folgada se os reformados e aposentados não tivessem votado de todo e, pelo contrário, não teria sequer ocorrido se apenas este grupo tivesse participado na eleição. Finalmente, em, 2019, há um regresso aos padrões anteriores.

Figura 12. A relação entre estar reformado e a probabilidade de optar por PS, PSD/CDS, CDU, BE ou abstenção nas eleições legislativas de 2002 a 2019.



Fonte: Estudo Eleitoral Português.

Por fim, resta examinar a distinção entre funcionários públicos e do sector privado. Aqui as expectativas podem ser algo ambivalentes: por um lado, os funcionários públicos foram um alvo preferencial da política de contenção orçamental praticada no período do ajustamento financeiro e sofreram uma queda relativa mais acentuada de rendimentos no período de austeridade (Rodrigues, Figueiras, & Junqueira, 2016, p. 25). Por outro lado, os funcionários no sector privado viram-se confrontados com uma maior incerteza e instabilidade laboral devido à ausência de uma relação laboral com o Estado. De qualquer forma, os resultados, reproduzidos na Figura 13, sugerem que a divisão entre funcionários do sector público e privado não tem sido muito consequente em termos eleitorais. Os funcionários públicos não são nem mais nem menos propensos a abster-se do que os restantes inquiridos, e as diferenças no que toca à escolha partidária não são providas de significância estatística.

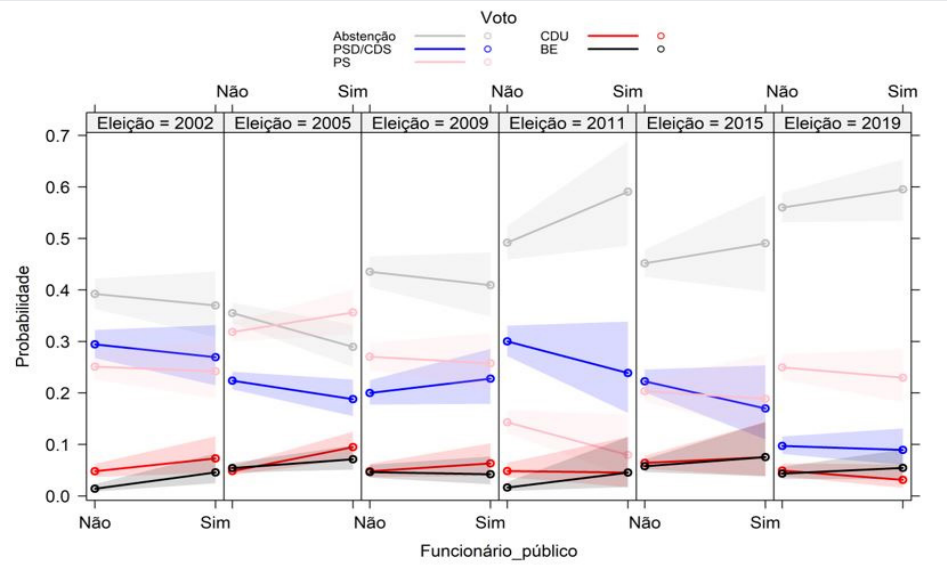
5. Conclusão

O estudo do comportamento eleitoral em Portugal nos anos mais recentes tem enfatizado variáveis de tipo atitudinal: avaliação dos governos e da situação da economia (Freire & Santana-Pereira, 2012; Magalhães, 2017), posicionamento ideológico genérico sobre variados temas (Freire, 2004), e avaliações das lideranças políticas (Costa Lobo, 2009). Por um lado, isso deve-se à disponibilidade sistemática deste tipo de dados a partir de 2002, data da institucionalização do Estudo Eleitoral Português. Por outro lado, à constatação de que as bases sociais dos eleitorados dos diferentes partidos portugueses eram difusas e voláteis, sem grande poder explicativo do comportamento de voto dos portugueses.

A análise dos dados disponíveis sugere que este diagnóstico não adere inteiramente à realidade. Mesmo que a ancoragem social do voto em Portugal seja reduzida em comparação com a encontrada em democracias mais antigas e com sistemas eleitorais mais proporcionais e favorecedores de uma oferta política diversificada (Magalhães, 2014), essa ancoragem existe e tem-se mostrado relativamente estável. Entre os elementos mais estáveis contam-se a religiosidade e a classe social. A religiosidade divide claramente os eleitores dos partidos de centro-direita, por um lado, e da CDU e do BE, por outro. E apesar de os assalariados com baixos níveis de instrução (a vasta maioria dos eleitores) constituírem uma parte muito relevante dos eleitorados de todas as principais forças políticas, eles tendem a concentrar-se especialmente no PS e na CDU, em contraste seja com o centro-direita (especialmente atraente para pequenos e grandes empresários e comerciantes e gestores) seja com o BE (com desempenho particularmente forte entre a "classe média" de profissionais assalariados com elevadas qualificações).

Dito isto, detectam-se também mudanças no período sob análise. A primeira delas, visível desde 2011, é o fortalecimento da relação entre o rendimento e a instrução dos inquiridos e a propensão para votar nos partidos de centro-direita. Apesar de termos colocado a hipótese de que os indivíduos com menores níveis de rendimento tivessem diminuído a sua propensão para votar PS nas eleições de 2011, como consequência do impacto negativo da crise económica e das primeiras políticas de austeridade, tal não se verificou., 2011,, 2015 e 2019, foram, desse ponto de vista, semelhantes. Assim, uma hipótese alternativa é que a adopção pelos partidos de direita — especialmente por parte do PSD — de um discurso mais marcadamente liberal do ponto de vista económico desde 2010, apontado pelos partidos de esquerda, na campanha

Figura 13. A relação entre ser funcionário público e a probabilidade de optar por PS, PSD/CDS, CDU, BE ou abstenção nas eleições legislativas de 2002 a 2019.



Fonte: Estudo Eleitoral Português.

para as eleições de 2011 e no período subsequente, como sendo hostil à justiça social e ao estado-providência (Magalhães, 2012, pp. 314–315), tenha desde então ajudado a ancorar mais fortemente os partidos de direita a um eleitorado com maiores recursos, enfraquecendo-os, por sua vez, junto dos eleitorado com menores níveis de rendimento. A segunda mudança relaciona-se com a capacidade dos partidos para atraírem o eleitorado mais idoso. Nas eleições legislativas entre 2002 e 2011, o voto desses eleitores tendia a concentrar-se fundamentalmente nas forças de centro-esquerda e centro-direita, PS e PSD/CDS. Contudo, em, 2015 e 2019, observa-se um claro enfraquecimento da posição relativa dos partidos de centro-direita junto deste eleitorado. É difícil não atribuir essa mudança a uma reacção negativa destes eleitores às medidas adoptadas durante a aplicação do plano de ajustamento nos anos, 2011-2014.

Os horizontes da investigação futura sobre este tópico dependerão, necessariamente, da própria evolução do comportamento eleitoral dos portugueses. Por exemplo, o progressivo declínio eleitoral do PCP suscita interrogações sobre se as causas desse desenvolvimento no que toca às bases sociais do voto serão de natureza eminentemente geracional ou se se ficarão a dever a processos de outra índole. A crescente abstenção dos portugueses com menores níveis de rendimento e do operariado levanta a questão de saber se este afastamento do processo eleitoral se tornará permanente ou se estes segmentos poderão ser remobilizados por forças políticas existentes ou novas. Finalmente, a conquista de mandatos parlamentares por parte de partidos fundados em anos recentes deixa em aberto a possibilidade de mudanças mais substantivas na componente eleitoral do sistema partidário português, que se tem conservado, para os padrões europeus, relativamente estável. A partir do momento em que pelo menos um destes novos partidos consiga obter um maior respaldo eleitoral será pertinente procurar perceber quais são as bases sociais do seu apoio e de que forma é que estas interferem com a ancoragem eleitoral dos principais partidos portugueses.

NOTAS

[1] Este texto será publicado como capítulo na obra *45 Anos de Democracia em Portugal*, coordenada por Rui Branco e Tiago Fernandes e publicada pelas edições da Assembleia da República.

[2] Nas eleições norte-americanas de Novembro de 2016, Donald Trump conseguiu alcançar uma maioria de 306 votos no colégio eleitoral face aos 232 da sua opositora Hillary Clinton. De acordo com projecções publicadas por Nate Silver no sítio fivethirtyeight.com, a candidata democrata teria obtido 458 votos no colégio eleitoral contra apenas 80 do candidato republicano se apenas tivessem votado mulheres (https://fivethirtyeight.com/features/election-update-women-are-defeating-donald-trump).

[3] Usámos o package do Stata "oesch.ado", concebido por Simon Kaiser, que recodifica a ISCO (International Classification of Occupations) de 4 dígitos no esquema de Oesch (Kaiser, 2018, p. 20), aplicado aos dados do Inquérito Social Europeu para Portugal (ESS, 2018) das rondas 1 a 8. Agradecemos a Alexandre Afonso a ajuda neste análise e a partilha deste software.

[4] Dados do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Instituto Nacional de Estatística, recolhidos, trabalhados e disponibilizados pela base de dados Pordata: https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+activa+por+pensionista+de+velhice+da+Seguran%C3%A7a+Social+e+reformado+aposentado+da+Caixa+Geral+de+Aposenta%C3%A7%C3%B5es-2381.

BIBLIOGRAFIA

Achen, C. H., & Larry M. B. (2016). *Democracy for realists: Why elections do not produce responsive government*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Afonso, A., & Fabio B. (2019). Electoral coalitions and policy reversals in Portugal and Italy in the aftermath of the Eurozone crisis. *South European Society and Politics*, *24*(2), 233–257.

Anderson, H. D., & Percy E. D. (1943). *Ballots and the democratic class struggle: A study in the background of political education*. Stanford, CA: Stanford University Press.

Arzheimer, K., & Jürgen, W. F. (2008). Voter behaviour. In L. L. Kaid & C. Holtz-Bacha (Eds.), *Encyclopedia of political behaviour*. Londres: Sage.

Bacalhau, M. (1994). *Atitudes, opiniões e comportamentos políticos dos portugueses, 1973-1993: Cultura política e instituições políticas evolução e tipologia do sistema partidário afinidade partidária e perfil dos eleitores*. Lisboa: Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento.

Barreto, A., Freire, A., Costa Lobo, M., & Magalhães, P. C. (2002). As eleições legislativas de 2002: Inquérito pós-eleitoral, 2002. *RCAAP*. Disponível em: https://dados.rcaap.pt/handle/10400.20/27

Baum, M., & Espírito-Santo, A. (2004). Desigualdades de género em Portugal: A participação política das mulheres. In A. Freire, M. Costa Lobo, & Magalhães, P. C. (Eds.), *Em Portugal a votos: As eleições legislativas de 2002* (pp. 261–299). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Bermeo, N., & Bartels, L. M. (2014). Mass politics in tough times. In L. M. Bartels & N. Bermeo (Eds.), *Mass politics in tough times* (pp. 1–39). Oxford: Oxford University Press.

Best, R. E. (2011). The declining electoral relevance of traditional cleavage groups. *European Political Science Review*, *3*(2), 279–300.

Branco, R., Cardoso, D., Guillén, A. M., Sacchi, S., & Balbona, D. L. (2019). Here to stay? Reversals of structural reforms in Southern Europe as the crisis wanes. *South European Society and Politics*, *24*(2), 205–232.

Cabral, M. V. (2000). O exercício da cidadania política em Portugal. *Análise Social*, *35*, 85–113.

Calvo, K., Montero, J. R., Perez, A. M., & Jalali, C. (2007). O voto religioso em Portugal e Espanha. In A. Freire, M. Costa Lobo, & Magalhães, P. C. (Eds.), *Em comportamento eleitoral e atitudes políticas dos portugueses: Eleições e cultura política* (pp. 157–198). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Campbell, R. (2017). Gender and voting. In K. Arzheimer , J. Evans, & M. Lewis-Beck (Eds.), *The SAGE handbook of electoral behaviour* (pp. 159–176). Thousand Oaks, CA: SAGE.

Caramani, D. (2004). *The nationalization of politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Córdova, A., & Rangel, G. (2017). Addressing the gender gap: The effect of compulsory voting on women's electoral engagement. *Comparative Political Studies*, *50*(2), 264–290.

Costa Lobo, M. (2009). A escolha de um primeiro-ministro: Os efeitos de líder nas legislativas portuguesas de 2005. In M. Costa Lobo & P. C. Magalhães (Eds.), *As eleições legislativas e presidenciais, 2005-2006: Campanhas e escolhas eleitorais num regime semipresidencial* (pp. 225–244). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. Disponível em https://repositorio.ul.pt/handle/10451/28233

Dalton, R. J. (1996). Political cleavages, issues, and electoral change. In L. LeDuc, R. G. Niemi, & P. Norris (Eds.), *Comparing democracies: Elections and voting in global perspective* (pp. 319–342). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Dassonneville, R. (2017). Age and voting. In K. Arzheimer , J. Evans, & M. Lewis-Beck (Eds.), *The SAGE handbook of*

*electoral behaviour (*Vol. 2, pp. 137–158). Thousand Oaks, CA: SAGE.

European Social Survey. (2018). *Data file edition 1.0. NSD - Norwegian Centre for Research Data, Norway* (Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC). https://doi.org/10.21338/nsd-ess-cumulative

Evans, G. (2000). The continued significance of class voting. *Annual Review of Political Science*, *3*(1), 401–417.

Evans, G. (2017). Social Class and Voting. In K. Arzheimer , J. Evans, & M. Lewis-Beck (Eds.), *The SAGE handbook of electoral behaviour* (pp. 77–98). Thousand Oaks, CA: SAGE.

Franklin, M. N., Mackie, T. T., & Valen, H. (1992). *Electoral change: Responses to evolving social and attitudinal structures in Western countries*. Cambridge e New York, NY: Cambridge University Press.

Freire, A. (2001). *Mudança eleitoral em Portugal: Clivagens, economia e voto em eleições legislativas, 1983-1999*. Oeiras: Celta Editora.

Freire, A. (2004). Voto por temas: Políticas públicas, desempenho do governo e decisão eleitoral. In A. Freire, M. Costa Lobo, & P. C. Magalhães (Eds.), *Portugal a votos: As eleições legislativas de 2002* (pp. 159–192). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Freire, A. (2013). Cleavages, values and the vote in Portugal, 2005–09. *Portuguese Journal of Social Science*, *12*(2), 317–340.

Freire, A., Costa Lobo, M., & Magalhães, P. C. (2004). *Portugal a votos: As eleições legislativas de 2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Freire, A., & Santana-Pereira, J. (2012). Economic voting in Portugal, 2002–2009. *Electoral Studies*, *31*(3), 506–512.

Gaspar, J., André, I. M., & Honório, F. (1984). *As eleições para a Assembleia da República, 1979-1983: Estudo de geografia eleitoral*. Lisboa: Presidência da República, Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis.

Gaspar, J., & Vitorino, N. (1976). *As eleições de 25 de Abril: Geografia e imagem dos partidos*. Lisboa: Livros Horizonte.

Gunther, R. (2004). As eleições portuguesas em perspectiva comparada: Partidos e comportamento eleitoral na Europa do Sul. c (pp. 35–86). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Helgason, A. F. (2018). The Great Recession and new class voting in Iceland. *Icelandic Review of Politics & Administration*, *14*(3), 159–181.

Hutter, S., & Kriesi, H. (2019). *European party politics in times of crisis*. Cambridge: Cambridge University Press.

Inglehart, R., & Norris, P. (2000). The developmental theory of the gender gap: Women's and men's voting behavior in global perspective. *International Political Science Review*, *21*(4), 441–463.

Jalali, C. (2003). A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: História e perspectivas futuras. *Análise Social*, *XXXVIII*(167), 545–572.

Jalali, C. (2004). As mesmas clivagens de sempre? Velhas clivagens e novos valores no comportamento eleitoral português. In A. Freire, M. Costa Lobo, & P. C. Magalhães (Eds.), *Portugal a votos: As eleições legislativas de 2002* (pp. 87–124). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Jalali, C. (2009). No meio está a virtude? As preferências e posições de eleitores e partidos nas legislativas de 2005. In M. Costa Lobo & P. C. Magalhães (Eds.), *As eleições legislativas e presidenciais, 2005-2006: Campanhas e escolhas eleitorais num regime semipresidencial* (pp. 155–182). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. Disponível em https://repositorio.ul.pt/handle/10451/28233

Kaiser, S. (2018). *OESCH: Stata module to recode ISCO codes into Oesch class scheme*. Disponível em https://EconPapers.repec.org/RePEc:boc:bocode:s458490

Kitschelt, H. (1994). *The transformation of European social democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Knutsen, O. (2004). Social structure and party choice in Western Europe: A Comparative Longitudinal Study.

Londres: Palgrave Macmillan.

Kriesi, H. (1999). Movements of the left, movements of the right: Putting the mobilization of two new types of social movements into political context. In G. Marks, H. Kitschelt, J. D. Stephens, & P. Lange (Eds.), *Continuity and change in contemporary capitalism* (pp. 398–424). Cambridge: Cambridge University Press.

Lazarsfeld, P. F., Berelson, B., & Gaudet, H. (1948). *The people's choice how the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York, NY: Columbia University Press.

Lipset, S. (1960/1969). *Political man*. Londres: Heinemann Educational Books.

Lipset, S., & Rokkan, S. (1967/1992). Estruturas de clivagens, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores. In *Consenso e conflito: Ensaios de sociologia política* (pp. 161–259). Lisboa: Gradiva.

Lisi, M. (2019). *Eleições, campanhas eleitorais e decisão de voto em Portugal*. Lisboa: Sílabo.

Lobo, M. C. (2020). *Estudo eleitoral Português, 2019*. Disponível em https://dados.rcaap.pt/handle/10400.20/2056

Lobo, M. C., & Magalhães, P. C. (2019). *Estudo eleitoral Português, 2011*. Disponível em https://dados.rcaap.pt/handle/10400.20/2059

Lobo, M. C., Magalhães, P. C., & Barreto, A. (2019). *Estudo eleitoral Português, 2009*. Disponível em https://dados.rcaap.pt/handle/10400.20/2057

Lobo, M. C., Magalhães, P. C., Barreto, A., & Freire, A. (2019). *Estudo eleitoral Português, 2005*. Disponível em https://dados.rcaap.pt/handle/10400.20/2058

Lobo, M. C., Magalhães, P. C., & Gaspar, T. (2019). *Estudo eleitoral Português, 2015*. Disponível em https://dados.rcaap.pt/handle/10400.20/2056

Magalhães, P. C. (2012). After the bailout: Responsibility, policy, and valence in the Portuguese legislative election of June, 2011. *South European Society and Politics*, *17*(2), 309–327.

Magalhães, P. C. (2014). Political institutions and the social anchoring of the vote. In J. Thomassen (Ed.), *Elections and democracy: Representation and accountability* (pp. 79–98). Oxford: Oxford University Press.

Magalhães, P. C. (2017). A tale of two elections: Information, motivated reasoning, and the economy in the, 2011 and 2015. *Análise Social*, *LII*(225), 736–758.

Oesch, D. (2006a). *Redrawing the class map: Stratification and institutions in Britain, Germany, Sweden, and Switzerland*. Houndmills: Palgrave Macmillan.

Oesch, D. (2006b). Coming to grips with a changing class structure: An analysis of employment stratification in Britain, Germany, Sweden and Switzerland. *International Sociology*, *21*(2), 263–288.

Oesch, D. (2008). The changing shape of class voting. *European Societies*, *10*(3), 329–355.

Oesch, D. (2012). The class basis of the cleavage between the New Left and the Radical Right: An analysis for Austria, Denmark, Norway and Switzerland. In *Class politics and the Radical Right* (pp. 31–52). Abingdon: Routledge.

Oesch, D., & Rennwald, L. (2018). Electoral competition in Europe's new tripolar political space: Class voting for the left, centre-right and radical right. *European Journal of Political Research*, *57*(4), 783–807.

Perez, S. A., & Matsaganis, M. (2018). The political economy of austerity in Southern Europe. *New Political Economy*, *23*(2), 192–207.

Rodrigues, C. F., Figueiras, R., & Junqueira, V. (2016). *Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Schoultz, Å. v. (2017). Party systems and voter alignments. In K. Arzheimer , J. Evans, & M. Lewis-Beck (Eds.), *The SAGE handbook of electoral behaviour* (pp. 30–55). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

van der Brug, W. (2010). Structural and ideological voting in age cohorts. *West European Politics*, *33*(3), 586–607.

Ward, M. D., & Ahlquist, J. S. (2018). *Maximum likelihood for social science: Strategies for analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wilcox, C., & Sigelman, L. (2001). Political mobilization in the pews: Religious contacting and electoral turnout. *Social Science Quarterly*, *82*(3), 524–535.